

EDITORIAL EDITOR'S NOTE

O quadragésimo quinto volume da *Revista de Direito Civil Contemporâneo* reafirma a vocação da publicação como espaço de reflexão crítica, interdisciplinar e internacional sobre os grandes temas do Direito Privado contemporâneo. Mantendo o rigor, profissional e acadêmico, este número reúne contribuições de escritores de diversas origens e tradições jurídicas, abordando questões centrais do Direito Civil.

A seção de *Doutrina Nacional* inicia-se com o estudo “Pessoa com deficiência e capacidade: da Convenção de Nova Iorque ao Anteprojeto de Reforma do Código Civil”, de Regina Beatriz Tavares da Silva e Atalá Correia. Na sequência, Isabela Maria Pereira Lopes apresenta o artigo “*Aequitas*: descrição e aplicação de um conceito no Direito Romano Clássico”, resgatando a dimensão histórica e dogmática da equidade no Direito Romano e suas projeções no sistema jurídico contemporâneo. Em “Simulação: autonomia privada e ilusão negocial”, Luiz Carlos de Andrade Junior revisita o instituto da simulação sob uma perspectiva sistemática, destacando seus contornos dogmáticos e implicações práticas no contexto das relações contratuais. O texto “Equilíbrio contratual, *fair dealing* e o risco contratual”, de Alexandre Junqueira Gomide, propõe uma leitura integrada entre boa-fé, lealdade negocial e distribuição de riscos. No artigo “A Lei 15.040/2024 e seus impactos no resseguro”, Ilan Goldberg e Pedro Marcos Nunes Barbosa examinam os reflexos da recente reforma normativa sobre o mercado segurador e ressegurador brasileiro. O estudo “Desconsideração da autonomia patrimonial do fundo de investimento relativamente aos cotistas”, de Milena Donato Oliva, Sofia Temer e Henrique de Moraes Felury da Rocha, analisa a autonomia patrimonial dos fundos de investimento e as hipóteses de sua mitigação.

Em “Responsabilidade do empresário por assédio sexual cometido por seus agentes no Direito norte-americano: elementos para a construção de soluções na ordem jurídica brasileiro”, Ricardo José Macedo de Britto Pereira propõe uma reflexão comparativa sobre a responsabilidade civil e trabalhista do empregador diante de condutas abusivas de seus representantes, sugerindo parâmetros para o direito brasileiro. Por fim, em “A ‘especial proteção’ da família no artigo 226 da Constituição de 1988 e o sistema de tutela familiar”, Gilberto Haddad Jabur e Bruno José Queiroz Ceretta revisitam o papel constitucional da família e sua projeção no sistema civil de tutela familiar.

A seção de *Doutrina Estrangeira* brinda o leitor com Andrea Marighetto, em “Deveres de sustentabilidade dos administradores de empresas: impactos jurídicos e práticos da Diretiva Europeia CSDDD”, que analisa as implicações da diretiva europeia sobre deveres de sustentabilidade para a governança corporativa. Já Roberto Daniel Moniz Vieira e José Noronha Rodrigues tratam, em “Impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento no Direito Português: mais um desnecessário processo especial”, da racionalidade do processo laboral português, propondo simplificações, em conta institutos do Direito Civil.

Em *Ensaios e Pareceres*, João Pedro Kostin Felipe de Natividade e Matheus Martins Kracik apresentam o parecer “Cessão fiduciária de recebíveis – Natureza do registro”, no qual discutem a natureza jurídica do registro da cessão fiduciária de créditos e seus efeitos perante terceiros.

A seção *Memória do Direito Civil* resgata o texto clássico de Clóvis Beviláqua, “Linhas gerais da evolução do direito constitucional, da família e da propriedade, no Brasil, durante a centúria de 1827 a 1927”, com transcrição e notas de Bruno Alexandre Rodrigues Silva.

A seção de *Resenhas* apresenta a análise de Emanuel Lins Freire Vasconcellos sobre a obra “Augusto Teixeira de Freitas: Humanismo, Dogmática e Sistema”, organizada por Judith Martins-Costa, Márcia Fernandes Santana, Luca Giannotti e Pietro Webber, ressaltando a relevância do jurista baiano na construção de uma cultura jurídica sistemática e humanista.

Bruno Trombini contribui com o estudo “Comentários aos Embargos de Declaração 0036494-44.2017.8.16.0001 (TJPR): a sucessão empresarial no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002: limites temporais e a impossibilidade de retroatividade”, analisando os desafios interpretativos e temporais da sucessão empresarial no direito civil brasileiro.

Nesta edição, a *Revista* tem ainda a honra de publicar entrevista com Marietta Auer, conduzida por Alexandre Freire, em que se discutem os rumos contemporâneos da dogmática civil e as transformações da teoria do Direito Privado.

Agradeço toda a equipe da *Thomson Reuters*, em especial ao doutorando João Pedro Kostin Felipe de Natividade que nos auxiliou na conclusão de mais este volume.

Boa leitura!

Outubro de 2025

RODRIGO XAVIER LEONARDO

Professor associado de Direito Civil na Universidade Federal do Paraná – UFPR.